

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.466 - RS (2019/0310799-2)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
RECORRENTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO - RS030019
JANAINE LONGHI CASTALDELLO - RS083261
RECORRIDO : ANA MARIA PAULA VENTURA BUENO
ADVOGADOS : JULIANO BRITO - RS055628
LILIANE POMPERMAIER - RS054587

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO SANTANDER BRASIL S.A., fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL.

ENCARGOS MORATÓRIOS. INTERESSE RECURSAL.

Deixa-se de conhecer do ponto relativo aos encargos moratórios porque, ao que se verifica, a sentença recorrida encontra-se em consonância com o pleito do recorrente e, por conseguinte, inexistente o interesse recursal.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3º, § 2º, CDC). Súmula 297, STJ.

APLICAÇÃO DO ART. 400 DO NCPC.

A ausência de juntada da documentação correspondente aos contratos revisandos, possibilita ao julgador a aplicação da presunção juris tantum de veracidade, nos termos do art.

400 do NCPC, admitindo-se como verdadeiros aqueles fatos que a parte autora pretendia demonstrar com os documentos cuja juntada restou frustrada.

JUROS REMUNERATÓRIOS A limitação dos juros remuneratórios nos contratos submetidos ao Sistema Financeiro Nacional depende da comprovação da abusividade, verificada caso a caso a partir da taxa média de mercado registrada pelo BACEN à época da contratação e conforme a natureza do crédito alcançado, não se caracterizando somente pelo fato da pactuação ser em percentual superior a 12% ao ano.

Verificado que os encargos praticados no contrato ultrapassam a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, cabível a sua limitação ao percentual registrado no período.

Sentença mantida.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência da capitalização nos contratos de mútuo, em qualquer periodicidade, somente é admitida

quando pactuada de forma expressa. REsp Repetitivo nº 1.388.972/SC.

Superior Tribunal de Justiça

Inexistindo previsão expressa, incabível a incidência do encargo em qualquer periodicidade.

TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO E TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ.

As "tarifas de abertura de crédito" (TAC) e de "emissão de carnê" (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, encontram-se vedadas, face à ausência de previsão legal, nos contratos pactuados após 30/04/2008, nos quais pode ser cobrada a "tarifa de cadastro", desde que no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. Súmulas nº 565 e 566 do Superior Tribunal de Justiça.

Não preenchidos os requisitos legais, inviável a cobrança.

REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

Na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento.

NEGATIVAÇÃO.

Observada a orientação jurisprudencial do STJ, constatadas irregularidades na contratação, cabível a proibição ao réu de inscrever o nome do contratante nos órgãos de proteção do crédito.

APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDA (fls. 301/302 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 325 e-STJ).

O recorrente sustenta, além de divergência jurisprudencial, violação dos art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001. Defende, em síntese, que a capitalização mensal dos juros foi pactuada entre as partes.

Recurso respondido e admitido.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Quanto aos juros capitalizados, o aresto recorrido aplicou a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada (REsp 973.827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012).

Ademais, importa consignar que a jurisprudência deste Superior Tribunal tem admitido a cobrança da capitalização de juros diária.

Observe-se:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA. MP 2.170-36/2001. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A *eg. Segunda Seção do STJ*, em sede de julgamento de recurso especial representativo da controvérsia, firmou tese no sentido de que: (a) 'É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada'; e (b) 'A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada' (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe de 24/09/2012).

2. Na hipótese, o acórdão recorrido consignou a existência de pactuação de capitalização diária, razão pela qual não está a merecer reforma. *Precedentes do STJ*.

3. *Agravo interno a que se nega provimento*"

(AgInt no REsp 1.670.119/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/8/2017, DJe 21/9/2017).

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem consignou que, *"não tendo sido juntado o contrato entabulado entre as partes, não há como averiguar se houve pactuação expressa da capitalização de juros, restando inviável a sua cobrança, em qualquer periodicidade"* (fl. 311 e-STJ).

Assim, não há como esta Corte rever tal entendimento, sob pena de esbarrar nos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Por fim, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade de reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

"Recurso Especial. Civil. Responsabilidade civil. Cirurgião e anesthesiologista. Recurso com fundamento nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da CF. Reexame fático-probatório. Súmula 07/STJ. Incidência.

- A constatação de ter o médico cirurgião e o anestesista agido ou não com culpa no atendimento a paciente, nas modalidades negligência, imprudência ou imperícia, demanda necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

- O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a", quanto pela "c" do permissivo constitucional.

- Recurso especial não conhecido." (REsp 765.505/SC, Rel. Ministra

Superior Tribunal de Justiça

NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006 - grifou-se).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Em atendimento ao disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados na origem de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em favor do advogado da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator